Numero 21 Terça-feira 20 de Junho de 1882 I Anno

O POVO DE AVEIRO

FOLHA DO POVO E PARA O POVO

PREÇO DA ASSIGNATURA
EM AVEIRO: anno (50 n.os) 1$000 rs.; semestre (25 n.os) 500 rs.
FÓRA D'AVEIRO: anno (50 n.os) 1$125 rs.; semestre (25 n.os) 570 rs.

Publica-se aos Domingos

As assignaturas devem ser pagas adiantadas

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES
Na secção dos annuncios: cada linha 30 rs.
No corpo do jornal: cada linha 60 rs.
Numero avulso 30 rs.
Redacção e administração — rua Direita.

ATTENÇÃO

Pedimos desculpa aos nossos estimaveis assignantes da provincia, da demora involuntaria, que houve na remessa d'este numero. Um velhaco qualquer falsificou a assignatura d'uma pessoa respeitavel d'esta terra mandando-nos em seu nome uma carta, em que era feita uma accusação falsa a um individuo. Não podendo imaginar, que houvesse um biltre capaz de empregar um meio tão vil para conseguir os seus fins, publicámos essa carta na nossa boa fé, mas quando reconhecemos o logro inutilisámos os exemplares que já estavam impressos para fazermos nova tiragem. Os nossos assignantes em compensações acham n'este numero a noticia dos ultimos acontecimentos, que não teriam se não fossemos obrigados a nova tiragem. Isto, e o amor que mostrámos á verdade e á justiça, sacrificando mesmo os nossos interesses, servirão, julgamos, de desculpa bastante a esta demora.

AVEIRO

ESBANJAMENTOS E REFORMAS

II

O exercito é uma parte importantissima de qualquer sociedade. Os clamores, que inconscientemente para ahi se erguem contra elle, são insensatos e tolos. O desprezo que lhe votam as altas regiões officiaes é insensato e criminoso.

Os republicanos são accusados muitas vezes pelo conservantismo, de quererem a sua eliminação, como contrario aos seus interesses *anarchicos* e ao seu fim desordeiro. Não nos espantam essas accusações, que andam no numero das calumnias torpes d'um devasso clericalismo, que tudo devasta e infesta; mas admira-nos que alguem dê ouvidos, de quando em quando, principalmente no exercito, a essas calumnias porcas. Os amigos do throno e do altar refugiados no ultimo reducto, agarram-se com o desespero de moribundos aos mais extremos recursos. Descançae. Não correremos a chicote os vendilhões do templo, mas correremos a pontapés os vendilhões da patria e da liberdade.

Que nos importam as vossas calumnias? Nem os vestidos nos roçam. As vossas podridões revoltam. A consciencia humana é por nós.

Somos inimigos do exercito?

Sim, do vosso exercito de feira que para nada serve e a ninguem aproveita.

Nós queremo-lo instruido e vós quereis-lo estupido, nós queremo-lo digno e vós quereis-lo abjecto, nós queremo-lo patriota e vós quereis-lo inimigo do povo.

Nós gastaremos dinheiro em instruil-o, em morigera-lo, em pôlo á altura do paiz, e vós gastaes-lo em paradas realengas, em commissões rendosas sem nenhum fim util, em mil desperdicios, como dizem os vossos jornaes.

A differença é enorme.

Os republicanos querem um exercito para a nação, os monarchicos querem um exercito para o rei. Mas especialisemos, tanto quanto nos seja permittido pelas pequenas dimensões d'este jornal.

Um dos argumentos favoritos dos monarchicos, e aquelle com que mettem mais medo aos officiaes menos illustrados do nosso exercito, é o pouco amor que os republicanos nutrem pelo exercito permanente.

A eliminação ou não eliminação do exercito permanente é uma delicadissima questão muito difficil de resolver e que tem sido estudada demoradamente pelos homens mais eminentes do militarismo e do civil. Será ou não conveniente para o bem geral d'um paiz a eliminação do seu exercito permanente? Tal é o thema, que tem servido a importantes e notaveis discussões.

Os militares deffendem geralmente a conservação do exercito, como necessario á boa instrucção e á boa disciplina; muitos estadistas combatem-na como prejudicial á agricultura e á industria pelos braços que rouba, á fazenda nacional pelo dinheiro que dispende, e á moral pelo relaxamento e devassidão a que leva o soldado. Este ultimo inconveniente, porem, tem pouco pezo, porque o relaxamento e a devassidão proveem da mandrice e desde o momento que o soldado trabalhe nos campos de manobra, nas fortificações, nos levantamentos etc., isso acabará. Os dois primeiros, todavia, são incontestavelmente muito fortes e irrefutaveis.

Não entraremos a fundo na questão, que é complexa e nós só pretendemos passar levemente por ella, para não estendermos demasiadamente estes artigos. Mas daremos francamente a nossa opinião. Quem escreve estas linhas é profundamente radical, porque não quer nada nem mesmo com os conservantismos republicanos, e portanto inimigo dos exercitos permanentes, que na sua opinião, que pode ser com tudo erronea, são prejudiciaes ás nações. O que eu quereria em Portugal, o meu ideal, é um exercito como o da Suissa— numeroso, instruido, patriota e barato. Mas entendo, comtudo, que não se chega facilmente a esse resultado.

Se a Republica se estabelecesse hoje em Portugal e acabasse amanhã com o exercito permanente, praticaria um erro enorme, que lhe seria fatal a ella e ao paiz. Para se chegar a esse resultado, que eu acho bom, é necessario trabalhar-se muito. Quando o doente pode ter cura, não se procuram os ultimos remedios.

Para acabar com o exercito permanente em Portugal teriamos de fazer entre outras cousas o seguinte:—Reforma do recrutamento—serviço militar obrigatorio—Organisação das reservas e ensino militar para as creanças nas escolas.

Então e só então é que poderia ser erguido o cume da obra.

Amaneira, como se faz o recrutamento em Portugal, é um escandalo e uma vergonha.

O administrador do concelho sempre foi para mim uma entidade muito antipathica. Elle é um dos arbitros supremos das poucas vergonhas patrias. É um dos que vae na machina, deitando carvão. Que me perdôem todos os bachareis administradores, mas hão de concordar que não sou exagerado. Talvez seja até benevolo. Uma das armas poderosas do administrador é o recrutamento. Só isso lhe dá muitos centos de votos. Pois é preciso arrancar-lhe essa arma para bem do paiz e da humanidade. Aquelles funccionarios são naturalmente muito *esquecidos*, fazem pagar o *justo pelo peccador* e ás nações não conveem nem esquecimentos, nem injustiças.

Um pobre desgraçado que não é protegido, paga por um patife qualquer que seja amigo de sua senhoria o administrador, ou de sua excellencia o governador civil, e quando os desgraçados reclamam ou quando já não chegam para tanta maroteira põe-se uma pedra em cima dos patifes e assim se tem conseguido, que os differentes districtos do paiz devam ao exercito milhares e milhares de homens. Depois a inspecção ainda vem coroar a obra. Ahi, é o *excellentissimo* governador que obra directamente para pôr os *malandros* na rua. Mas que se lhe ha de fazer? Se os compadres e as comadres pedem!...

Repetimos, o recrutamento organisado tal como está é um escandalo e uma infamia, que é necessario terminar, o que só succederá com a Republica.

Como conclusão da reforma do recrutamento outra medida a estabelecer, é o serviço militar obrigatorio, sem excepções nem remissões.

Sim, queremos que todos sejam soldados, temos o direito de o exigir em nome da patria. Demais, as excepções são odiosas.

Com que direito deixa o padre de ser soldado? Em que principio se funda? No jesuitismo do Estado, provavelmente. E não será imfame a tal substituição por dinheiro? Lá porque um sujeito é rico deixa de ir para o exercito, pagando a um malandrim qualquer, que o faça por si. Vá e trabalhe, escusa de ser muitas vezes um devasso, que só serve para farpear touros e andar a cavallo. O seu dinheiro empregado d'esse modo, com o fim de evitar o chamado tributo de sangue, offende os nossos brios e a nossa dignidade.

A respeito de excepções só uma admittimos. A do filho, que é o unico amparo da familia. Só essa é nobre e grandiosa. Mas é preciso sujeita-la a uma rigorosa inspecção, porque nós bem sabemos o que hoje se pratica por ahi. Conhecemos muito figurão protegido por altos trunfos politicos que livrou assim sem ser amparo de ninguem, ao passo que conhecemos muito desgraçado que era o unico amparo dos pobres velhos ou dos pobres irmãos e que foi para o serviço militar por não ter protecções.

Conhecemos tambem outros, que livram legalmente mas que logo em seguida desamparam aquelles, que invocaram para tal fim! Abaixo todas essas illegalidades. A organisação das reservas e o ensino militar nas escolas são outras duas excellentes medidas.

A creança desenvolve uma certa actividade durante os seus primeiros annos. Não descança antes de entrar na escola, durante os intervallos e depois de sahir. O seu prazer é brincar. Pois bem. Nós prestaremos um grande serviço a essa creança, á sua familia e á sua patria, se lhe aproveitarmos a actividade natural em alguma cousa util.

Ensinemos-lhe gymnastica e ensinemos-lhe os exercicios militares. Com o primeiro ensino desenvolver-

FOLHETIM 3

EDUCAÇÃO POPULAR

JESUITAS E REIS

Da sua doutrina

I

Pombalismo

O primeiro fructo logico e natural que veio ao mundo, emanando dos principios estabelecidos e assentes foi o seu chamado *probabilismo*, evidentemente reduzido da metaphisica aristoteliana, e ensinado por uma numerosa corporação dos mais abalisados doutores e letrados da sua ordem, e de cujos absurdos e heresias nos contentaremos sem dar uma resumida idêa exhibindo algumas das suas maximas.

«Uma opinião provavel é a que tem a seu favor e auctoridade d'um homem habil. A auctoridade d'um doutor faz provavel uma opinião ainda quando contra ella esteja a opinião dos outros. A auctoridade dos doutores faz muitas vezes provavel o mesmo que o não seria senão houvesse respeito mais do que tão sómente ao peso das razões.»

«Se um homem sustenta contra o parecer dos outros que uma cousa é licita em consciencia, é-lhe permittido obrar segundo o seu modo de discorrer. Basta a um homem ignorante e a qualquer discipulo das escolas, para não pecarem, seguirem a opinião do seu mestre e do seu doutor.»

«É cousa permittida consultar diversos doutores até que achemos um que nos responda conforme no que desejamos.»

«É um bom effeito da Providencia esta variedade de doutores sobre a moral. Ella nos ajuda a levar mais suavemente o jugo do senhor.»

«É permitido em consciencia nas cousas até necessarias á salvação, tanto em materia de fé como em materia de costumes, escolher e praticar tanto por si mesmo como por outrem, a opinião que mais nos agrada; ainda que seja a menos provavel, a menos segura, e commumente a que menos se ensina, ainda que se tenha por falsa na especulação; e é permittido deixar á parte a opinião mais provavel, mais geral e mais segura e que se tenha por verdadeira. Basta que aquella que se segue seja provavel na pratica.»

«No caso de um perigo consideravel ou de uma grande necessidade, não sómente é permittido, mas é de obrigação seguir a opinião d'outrem, ainda que essa opinião seja a menos provavel ou que não tenha provabilidade alguma. A dita opinião fica em tal caso provabilissima por causa d'esta grande necessidade e perigo.»

E' permittido a um religioso casar-se sobre o fundamento d'uma revelação duvidosa e simplesmente provavel, com tanto que esta revelação tenha uma verdadeira provabilidade.

«É permittido a um sacerdote sobre uma opinião simplesmente provavel de que elle tem sufficientes poderes de confessar, de absolver e de casar, o executal-o assim, ainda que o contrario seja mais provavel.»

«O infiel que crê que a sua seita é provavel, ainda que a religião opposta lhe pareça mais provavel, não é obrigado a deixar a sua seita; nem parece que se deve obrigar a deixal-a para abraçar a religião que lhe parece mais provavel. Ainda em caso de morte se elle é obrigado, como alguns querem, não o é segundo a maior parte dos outros, a deixar o caminho seguro da sua seita por outro mais seguro, É sómente obrigado em tal caso a se dispor a examinar a questão com algum cuidado, quando o poder fazer. Em geral uma maior provabilidade, qualquer que ella seja, não é sufficiente para nos obrigar a crer os mysterios da religião.»

«Os vassalos podem em consciencia deixar de pagar aos reis os tributos, ou pagal-os seguindo uma das duas provabilidades oppostas. Um vassalo póde em consciencia recusar de pagar os ditos tributos, segundo a opinião provavel, que elle tem, de que estes tributos são injustos. Póde mesmo juntamente pedir em publico os mesmos tributos em nome do rei, e negal-os em particular: porque sendo provavel que o tributo é injusto, póde licitamente fazer ou uma ou outra cousa, sem ser obrigado a alguma restituição. Porque ha quem diga que apenas ha alguns tributos que sejam justos. E outros opinam que quasi todos são injustos. É permittido a um subdito não obedecer ao seu superior se elle crê provavelmente ou que o dito superior não tem jurisdicção legitima, ou que exceda o seu poder. Da mesma sorte se elle crê provavelmente que o juiz não tem direito de o interrogar, póde em consciencia ou não lhe responder ou enganal-o com uma resposta equivoca.»

Um juiz póde favorecer o seu amigo e julgar a seu favor tanto em materia criminal, deixando a sua propria opinião que crer a mais provavel, para seguir a opinião contraria. Concorrendo dous pareceres provaveis, póde julgar umas vezes por um, e outras por outro, com tanto que tenha cuidado que isto não cause escandalo, e póde fazer perder o processo a quem lhe parecer.»

(Continuaa)

EDUARDO ARVINS.

lhe-hemos os musculos, matar-lhe-hemos o rachitismo, torna-la-hemos forte, bella, robusta, sadia.

Com o segundo faremos com que perca o horror ao serviço militar, satisfazer-lhe-hemos a imaginação phantasiosa, ensina-la-hemos sem esforço, brandamente e treemos d'esse modo dado o golpe mais profundo e fatal nos exercitos permanentes. Temos muito ainda que dizer.

LUIZ DA SILVA.

A JUNTA GERAL DO DISTRICTO

Depois de delongadas semanas appareceu a sua dissolução official. Fez-se esperar com a impaciencia e a angustia de uma agonia prolongadissima e irremediavel. Mas veio, e veio com uma semsaboria flagrante, atascada na indifferença, sem causar sensações.

A noticia cahio a meus pés, como uma abobora apodrecida. Deu um estoirito desprezivel, e mostrou-me um interior de desagradavel fermentação. Simplesmente isto.

As questões da Junta Geral d'este Districto, debatidas e repetidas em muitos annos, tem um caracter de chronicidade que já não impressiona, que nem vale a pena de descrevel-o. Alem d'isto são consequencia das intrigas domesticas dos partidos antagonistas, são partos dos seus interesses particulares, e exclusivos do bem geral. Por isso não interessam senão á besbilhotice, e é perigoso bolir n'essas decomposições meramente familiares.

Entretanto é bom comprimir essas excrecencias legaes, consagradas, e adoradas successivamente por todos, á mercê e á medida das conveniencias e opportunidades.

Entretanto é bom apontar á irrisão publica essas leis, que são como meros espantalhos, esses manequins que o mais habil ou o mais charlatão póde mover.

Pois que diabo de leis são essas, que transtornam a arithmetica? Pois para sommar 11, para arranjar uma maioria, não bastam segundos, são precisos mezes?

Pois que leis são essas que produzem questões de arithmetica infantil?

Pois para a composição do congresso dos deputados districtaes, d'um organismo tão importante e com poderes tão graves e ponderosos ha uma lei tão pulha que dá logar ás palhaçadas que ha uma dezena de annos estamos sempre a vêr? Pois ainda não esteve no poder um partido com a pouca seriedade sufficiente para não gostar de ridiculos, nem de desmoralisações? Pois ainda não appareceu esse partido para derogar as taes leis feitas de borracha velha de galochas estrompadas? Parece que não.

O que appareceu, o que aparece, o que ha sem custo, é um governo que como o actual faça desconchavos, e discaros.

A dissolução da Junta o que prova se não que o Governo não alcançou maioria? Pois se a tinha, porque não fez respeitar a lei, porque não fez respeitar essa maioria? Pois ainda assim não ficava bem servido? Em que situação collocou os seus amigos, os seus dedicados! Devem estar excruciantes!

Diz-se-ha que existindo irregularidades na organisação da Junta, a dissolução era uma homenagem á Lei, era um louvor justissimo ao Codigo, e que por isso em nome dos Altos principios o Governo não duvidou em sacrificar os seus amigos. Póde dizer-se e proclamar-se isto, mas para complemento falta apenas uma cousa... que haja quem creia n'essa abnegação superior.

E a opposição, se se julga lezada na sua legalidade, que faz? Onde está a lei e o tribunal a que se arrime efficazmente para obter justiça? Quem sabe?

Se para o desforço não ha fundamento legal, e se esse desforço tem uma base justa, provado está que a governação actual é anticivilisadora.

E do povo, dos eleitores, quem faz caso? Pois não comprehende o Governo, que quem vota, anda farto, enfastiado, e a encher-se de razão para dar um revez dicisivo?

Ai! senhores do pobre Portugal, que duras contas tendes de prestar! E com que exacção vos hão de ser exigidas!

Precisaes de julgamento e prompto. Eu sei que vos haveis de negar a elle, e que pondes a mordaça ao Juiz. Mas cahis na vossa impotencia.

Á mordaça resiste-se com a conspiração, á ameaça com a luta.

O paiz quer vida nova, e para a obter não lhe faltará coragem nem lhe fallecerão dedicações.

Quando um machinismo não presta, nem já admite compostura, faz-se um novo.

CARLOS FARIA.

JUNTA GERAL

Vai sem commentarios!

Reuniram em 15 do corrente os substitutos da Junta Geral, em virtude do decreto que dissolveu esta corporação, elegerem a Commissão que deve gerir os negocios do districto até á convocação da nova junta.

Com a dissolução pretendeu o governo remover as irregularidades, que de ha muito se dão na administração districtal. O que se passou no dia 15 leva-nos a affirmar que nada remediará.

Aquillo não foi reunião de homens sisudos, para em virtude do seu mandato resolverem negocios importantes; foi uma agremiação de farçolas que vieram tripudiar sobre o moribundo districto.

Atraz do osso que pretendem esfollar, regeneradores, progressistas, constituintes correm loucamente esfaimados.

Hão-de cessar as irregularidades, se um dia todos tiverem, simultaneamente, lasca paaa rilhar.

Reunidos todos em volta d'uma meza, coberta com uma colcha de chita os srs. substitutos tratam de ver a quem compete presidir. Apresenta-se o mais velho, e em seguida dois dos procuradores declaram que, apezar de terem sido convocados para aquella reunião, estão ali individamente. Por isso, são auctorisados a deixarem os seus logares.

Em seguida um sujeito qualquer apresenta-se declarando que, em virtude da sahida de um dos individuos a quem acabamos de nos referir, lhe compete a elle tomar lugar. Começa a atrapalhação. O presidente não sabe o que dizer, mas parece-lhe que deve sujeitar o caso a votação da junta. O pretendente não admitte tal votação e declara que não sae d'ali, senão violentemente. Do extremo da meza brada um sujeito irrascivel e de cabellos brancos—*Se temos lei, cumpra-se a lei*...

Um outro grita que ou o sr. Albano de Mello toma lugar, ou saem todos. Discute-se, ou antes grita-se de todos os lados.

Os espectadores fazem discursos.—Ha gargalhada geral. Uma confusão incrivel. Fuma-se na sala. Dizem-se pilerias e o das barbas brancas gritando sempre *legem habemus*. O presidente súa por todos os póros e consulta sem cessar a lista dos procuradores convocados. Afinal lá consegue uma votação sobre o caso, mas o sr. Albano não se sujeita a votações. Para elle a lei é clara, interpreta-a a seu modo e não admitte interpretação differente. Consegue-se finalmente nova votação, mas o sr. Albano não se importa com votação, e, o outro cá do extremo da meza bradando sempre *legem habemus*.

A gargalhada é estridula e a confusão geral.

N'isto entra na salla o sr, governador civil. Os farcistas fazem silencio profundo. S. ex.ª declara que, não lhe competindo entrar nas deliberações da junta, vem ali para dar as explicações, que forem necessarias. O sr. Albano gagueja o seu direito; o governador não lh'o contesta, mas declara que, na sua opinião, só deve tomar assento, quando convocado officialmente. Todos se callam. S. ex.ª sae e a confusão faz-se de novo. Agora já não é o sr. Albano,—esse parece convencido. Agora é o sr. Paes da Graça, que com um sorriso alvar pertende tambem e, pelas razões do sr. Albano tomar assento. O presidente já não sabe o que o governador respondeu. Fica novamente atrapalhado. N'isto um espectador pretende tambem um lugar á meza, declarando-se procurador por um circulo qualquer.

—Votação...venha a votação. Mas a votação não se faz e, no meio d'esta enorme Babel, levantam-se todos os progressistas. Ha quem brade para *o das barbas* que não cessa de gritar *legem babemos,—e para isto pegámos nós em armas ha 37 annos!*

Retirados os progressistas pergunta o presidente, sem cessar,—*temos numero?* e o membro que lhe fica á direita diz—*a minha opinião é que se entre na ordem do dia*.....

Finalmente lá se convence o presidente de que não ha numero e fecha a sessão!...

Eis caros leitores o que se chama uma boa farçada. E tudo isto por causa de uns magros *cóbres* que o districto paga aos homens *desinteressados*, que cuidam da sua administração.

E José Estevam forçado em effigie a comtemplar estas scenas vergonhosas.

Se elle podesse sahir da sua immobilidade e *expulsar estes vendilhões!*...

A EQUAÇÃO DA VICTORIA

O exame attento do estado psychologico do paiz determina nos espiritos ainda os mais imparciaes a firme crença d'uma mudança radical e profunda no modo de ser da sociedade portugueza prestes a operar-se ainda que pese ao carunchoso e pulverulento elemento conservador-retrogrado.

O impulso inicial realisado entre nós ha menos d'uma dezena d'annos é hoje assombrosamente fertil em resultados favoraveis á causa republicano-democratica, para a qual a nação volve as attenções como quem não póde já esperar em outra parte remedio a seus males profundos, a suas desgraças quasi insanaveis—legado tão triste como logico? a monarchia e dos seus chatinos que despiedosamente nos exploram.

A divisão primaria da sociedade portugueza em official e não official—ou suspeita e interessada, e imparcial e independente auxilianos poderosamente na solução do problema que ora nos propomos: avaliar a equivalencia ou desigualdade das sommas de vontades activas oppostas n'um plebiscito de acção differencial. O elemento official inervado, sceptico, indolente, só amigo do gozo e da inercia, não opporá resistencia alguma no momento da acção; pouco lhe importa a mudança de amo. Não é a d'elle que logicamente pertence a victoria; ella é consequencia da lucta e só lucta quem tem fé e crença—no nosso caso a parte da sociedade portugueza independente e digna e amiga da patria.

E esta está cabalmente desenganada, perfeitamente desilludida das intrujices e artimanhas com que os ditos liberaes nos pertendem embair ha meio seculo de dolorosa e fatidica experiencia. Nas cidades onde a luz tem irradiado mais prematura e exhuberantemente o povo perdeu já o fetichismo regio-aristocratico-auctoritario e d'envolta com elle a confiança e o amor ao actual estado de cousas, que lhe traz á memoria um passado ignominioso e lugubre. O chamado doador da carta, libertador por ironia, não dispunha d'agua benta sufficiente (era impossivel!) para purificar a vergontea, o principio, a instituição, que brotavam de tal tronco, de tal origem, e de tal paternidade. Ahi trabalha-se pelas conquistas de novas regalias, estuda-se a formula de novas e vingadas applicações pratico-politicas em harmonia e ao nivel da sciencia moderna e a par da civilisação dos nossos dias. Eis aqui o principal caracteristico do animal homem, o maior argumento da sua differença da animalidade irracional: a assimilação moral.

Aqui, no campo a grande massa da população rural, vergada ao peso d'um trabalho sobrehumano, carregada de tributos onerosos e vexatorios, falta de instrucção geral e proficional, escasseada de dinheiro—que todo é pouco para os mil disperdicios da alta governação, para as bambochatas e libertinagens dos fantoches da realeza, para os luxos e inutilidades importados do estrangeiro—está invadida até ao amago do seu ser, até á medulla da sua natureza mais intima por um scepticismo frio arreigado e tranquillo que a faz olhar com o mesmo desprezo impassivel e ironico os differentes partidos monarchicos, que, mais ou menos intrujões e cynicos, se apresentam a captar a aura popular e a conquistar uma cadeira na plateia de S. Bento, d'onde esperam guindar-se a estancia mais pingue depois de ter servido os afilhados e os amigos.

Erraria grave e grosseiramente quem n'esta computação attendesse mèramente ao numero attribuindo vontade efficiente onde ella não existe, acção onde só ha inercia, propulsão onde sò ha passividade. O nosso camponez não dá nada pelo rei, não dá nada pela monarchia, não dá nada pelos governos emanados d'ella. Não espera nem precisa mais que uma vontade extranha inergica e activa para o impulsionar. Está no periodo da passividade. Não se move, não lucta porque não crê. Para isso falta-lhe a educação civica, o complexo dos seus direitos e deveres. Essa noção vae-a adquirindo todavia aceleradamente e chegar-a á sua conclusão se o evolucionismo não tivesse de ser fatalmente cortado pela revolução, que está no espirito de todos os patriotas, no desejo de todas as almas levantadas e honestas.

Nas regiões do poder, nevulozas e sombrias lobriga-se a ascendencia da onda revolucionaria. Temem-na por que ella é temerosa, e desafiam-na com os seus desatinos porque a attração do abysmo, a miragem do precipicio fascinou-os. Imprescrutaveis leis da fatalidade...

EDUARDO ARVINS.

CARTAS

Lisboa 16 de junho.

As côrtes foram prorogadas até ao dia 23 do corrente mez, por imposição do Syndicato, segundo se diz e não é contestado, para na camara dos pares ser votada a trantada de Salamanca. A meia duzia de usurarios do Porto assim o exige e é justo que se lhes remunere os *expontaneos* festejos que o Porto fez na occasião da ida da familia real áquella cidade. E outro não é o fim da tratantada, mais do que metter nas algibeiras dos patrioticas syndicantes portuenses e nos do sr. Burnay um *ganhosinho* de 2.700 contos.

Mas o poder moderador quer fazer a vontade aos seus festeiros e o povo não quer contrariar o poder moderador, de modo que tudo vae bem...

— Os *progressistas*, com a commissão de logistas e commerciantes á sua frente, continuam no seu afan de agitar o paiz contra o governo por causa da Salamancada. Mas o paiz parece que não vae muito com elles; e tem razão o povo que assim procede; porque os heroes da traição de Lourenço Marques, os insultadores pelintras da commissão da imprensa promotora da brilhante manifestação camoneana, os sabujos que dias depois de espalharem por todo o paiz um programma em que se promettia boas reformas politicas, o rasgam, para se rojarem aos pés de quem lhe havia concedido os postos para os obrigar a calar, não teem auctoridade moral para que o povo acredite nas suas palavras mais uma vez. O povo está desenganado de toda a banda em que se fragmenta esta grande bambochata monarchica constitucional.

Este mesmo estado de indifferença que o povo manifesta pelos negocios da administração publica, é uma prova de que elle não tem confiança nem cura do que esses governos fazem. Está á espera do grande dia de justiça, do dia em que elle tambem hade ter vontade... que todos, os que trabalhamos para que esse dia se aproxime, lhe inspirem confiança; que trabalhemos para eliminar do poder, todos estes parasitas e especuladores que vão levando este paiz á completa ruina se um grande partido nacional, patriota e de abnegação, o partido republicano emfim, não tractar com seriedade de realisar praticamente o seu ideal.

Trabalhemos todos!

Emquanto os governos monarchicos só curam de promover a ignorancia e de reduzir á miseria este povo, digno de melhor sorte; emquanto uma maioria de *luciasnos* regeita um voto de sentimento á memoria do heroe Garibaldi a quem o mundo inteiro está prestando innumeras homenagens; emquanto por toda a parte o elemento official no campo da instrucção publica se mostra retrogrado, o jesuita, o astuto e o hypocrita jesuita lá progride, perante esta criminiosa indifferença e vae exercendo a sua influencia e vae sentindo-se tão á vontade, que já faz propaganda a descoberto. Todos sabem que funciona actualmente em Lisboa um chamado congresso catholico, que outra cousa não é senão um conciliabulo de jesuitas. E este congresso funciona livremente e os seus membros tem por fim especial pedir o restabelecimento das ordens religiosas, extinctas no nosso paiz com os decretos dos grandes estadistas Aguiar e Pombal. E a auctoridade não os incommoda, ao contrario vae para lá afim de que ninguem perturbe aquelles santos varões! Os jornalistas monarchicos ou os louvam pelos seus serviços, ou se calam, o que é peior; nem o sr. Emydio Navarro, que ha pouco tempo fazia a apotheose dos grandes principios revolucionarios de 93 e dos homens da Montanha que os incommoda. Mas agora o sr. Navarro pede a repressão esmagadora para a imprensa independente; e ainda faz mais, deixa o congresso catholico em paz e n'esse artigo para o *Primeiro de Janeiro* denuncia o congresso das associações co-

mo perigoso para a civilisação, como um elemento de desordem para a sociedade portugueza.

E querem estes senhores governar este paiz! E quer o sr. Navarro ser ministro do reino!

— O sr. Arrobas foi substituido pelo sr. Caetano d'Albuquerque, que tambem foi governador de pretos como elle e sob cujo consulado vae continuando a perseguição aos republicanos.

Ainda hontem foram intimados alguns membros da associação eleitoral e escolar Fernandes Thomaz para comparecerem na proxima terça-feira, afim de responderem em audiencia á accusação que o ministerio publico lhes faz de pertencerem a um club que não está, diz elle, legalmente auctorisado.

Convem que lhes diga que a associação Fernandes Thomaz já mandou ha bastante tempo um projecto de estatutos ao commissario de policia e de que elle até hoje não fez caso algum! Como se vem então agora dizer que aquella associação não é legal? Furtaram-se os seus membros á acção da auctoridade? não, tanto que desejam os seus estatutos approvados e ás suas reuniões têm assistido agentes da auctoridade. Não comprehendemos como é que uma associação que a auctoridade diz não ser legal, póde já ter funcionado tanta vez, durante mais de um anno, com a assistencia d'essa mesma auctoridade.

As associações de jesuitas, as casas de batota, as casas de educação religiosa onde campeia a desmoralisação, existem e nem sequer n'ellas se falla para não chamar a attenção publica para esses focos d'onde emana a dissolução social a que estamos assistindo; agora as associações que no repouso das luctas eleitoraes em que podem funcionar, tratam da instrucção dos operarios e dos seus filhos, sustentando aulas, como a de Fernandes Thomaz são apontadas como illegaes e manda-se que sejam dissolvidas!

Querem o povo ignorante e beato para continuarem na orgia...

O partido republicano, á vista de todos estes desmandos e desaforos, ainda vae mais uma vez ser o primeiro a erguer a sua voz, a luctar contra o predominio do jesuita.

O comicio anti-jesuitico que deve produzir beneficos resultados e a associação de livres pensadores são os dous primeiros actos, que os republicanos praticam n'esse sentido.

A commissão installadora da associação elegeu para seu presidente o sr. Theophilo Braga, e foi encarregado de elaborar o projecto de estatutos o distincto escriptor e convicto republicano Teixeira Bastos. Estes dous nomes são garantia do muito que a Associação ha de fazer.

Entre as varias demonstrações de sentimento pela morte de Garibaldi, destacou-se aqui em Lisboa a do *Club Henriques Nogueira*, da qual traz uma minuciosa descripção o n.º 436 do *Seculo*. *Y.*

Recommendamos ao sr. administrador do concelho que ponha cobro á ladroagem; e chamamos especialmente a attenção de s. ex.ª para os furtos, que em Esgueira, povoação proxima a esta cidade, se commettem diariamente e em numero consideral.

Ha ali dezenas de familias que não querem trabalhar de jornal, porque preferem assaltar os pinhaes dos proprietarios, e não só levam as agulhas e arrancam os matos, mas a ramada e as pinhas; e chega o desaforo a ponto de cortarem pinheiros mais ou menos crescidos, —fazendo-os em pequenos bocados e conduzindo-os a suas casas,—depositos de semelhantes furtos,— e ahi vendem, a retalho, ou por atacado, o producto da sua industria!!!

Não exageramos. Os proprietarios, que possuem pinhaes em Esgueira, não os usufruem.

O escandalo é tal que essa caterva de ladrões tem isto como modo de vida—unico e exclusivo—e até andam ahi por a cidade a vender aos proprios senhorios dos pinhaes a lenha que, horas antes, lhes furtaram!!...

Estão ahi muitos proprietarios. Ouça-os o sr. administrador, e verá se é justa a nossa queixa.

Faz-se isto a toda a hora do dia e á vista da auctoridade,—e não ha policia que ponha termo a este estado de cousas!!

Para que paga o povo á monarchia, se esta nem lhe garante o direito de propriedade, e essa enorme praga de empregados,—afidalhagem ociosa e estupida dos devassos,—nada mais faz que receber o dinheiro do povo que trabalha noute e dia para sustentar tantos malandros?

Attente n'isto o sr. administrador e cumpra o seu dever.

Mande os seus empregados policiar Esgueira e prender esses desaforados tratantes e ladrões.

Não tenha medo da proxima eleição, porque o sr. seu amo tem já muitos devassos e ladrões para lhe darem *maioria conscienciosa*, e não necessita dos votos dos ladrões dos nossos pinhaes.

Tambem pedimos ao sr. administrador ou ao sr. governador civil que nos livre d'outro genero de ladrões e vadios que por ahi andam mendigando e que investem a toda a hora com os cidadãos.

Ninguem sabe quem sejam,—nem a sua naturalidade, e ainda menos a sua necessidade,—sendo certo que uns se entregam a isto sem necessidade, e outros são realmente pobres, mas não querem trabalhar, e adoptam o systema da vadiagem, mendigando. Ha ainda outra especie de ladrões, que são muito frequentes nas aldeas, e que, para fazer mais rendosa a colheita, dizem-se mendigos em nome de quantos santos pode imaginar um malandro, e pedem então para cumprir promessas a S. Romão—a S. Crispim—a S. Christovam e ao grande diabo que os leve e mais ás auctoridades monarchicas que nem a isto nos dão remedio.

F.

O Centro Republicano passa muito brevemente a habitar a sua nova casa na rua do Caes. A commissão executiva tem envidado todos os esforços para ultimar os trabalhos no mais curto prazo. A salla do bilhar fica ampla e elegante e o salão para as sessões dispõe de todas as commodidades indispensaveis.

Em 4 de junho de 1878 foi remettido para o sr. delegado do procurador regio um processo de transgressão do imposto do real d'agua, contra o cidadão José Antonio Marques, actual vereador substituto da *troupe* progressista. Ora depois d'um tão avultado espaço de tempo, que tem feito o sr. delegado, que não tem dado andamento legal ao processo? Que influencia ou suggestão estranha predominaria no animo d'aquelle magistrado para não cumprir com a lei? Quatro annos decorridos e ainda nada de novo! O sr. delegado *mette-se em copas* e faz muito bem.

É bom ter em vista que o sr. José Antonio Marques, a quem foi feita a apprehensão é hoje camarista ao lado d'um velho politico, *competidor* de José Estevam em popularidade e liberalismo. E para que o povo vá apprendendo a conhecer os homens a quem estão confiados os destinos municipaes, que teem no seu passado um sudario de traficancias, subornos e indignidades, ahi lhe apresentamos um *specimen* á frente d'uma corporação importante, que deve ser illustrada, democratica e honesta.

Pedimos no nosso ultimo numero providencias ao sr. administrador do concelho contra esse escandalo, essa illegalidade, essa infamia que para ahi existe sob o nome de batota. Já por mais vezes as tinhamos pedido, mas o sr. administrador que *é protector da gente honrada*, fechou os ouvidos e não fez caso nenhum. Justamente indignados com essa protecção e com o desaforo praticado chamámos malandros aos *faias* da batota mas sem especialisarmos ninguem absolutamente. Pois um sugeito qualquer, julgou-se offendido com a classificação, pegou na carapuça para a enterrar por a cabeça abaixo e veio implicar com um dos redactores do *Povo de Aveiro*.

O sr. administrador do concelho teve conhecimento do conflicto, que se deu, e gostou e applaudiu, publicamente, deante de toda a gente. É pasmoso, incrivel, extraordinario.

Essa auctoridade não só tem faltado ao cumprimento dos seus deveres, protegendo secretamente os biltres que deveriam estar ha muito na cadêa, mas ainda para cumulo de pouca vergonha vem para a praça publica tomar o partido d'uns malandros, que vieram assentar o arraial das suas devassidões no meio da gente honrada e honesta.

O sr. administrador é amigo dos batoteiros, consente-lhe as orgias nocturnas, applaude-lhes as immoralidades, tolera-lhes licença, a anarchia e a desordem que elles vão lançar no seio de familias dignas a quem os proprios filhos de menor idade fogem para esse alcouce de nova especie, e portanto está em opposição a toda a gente honrada e nobre d'esta cidade.

Sr. governador civil, o sr. Ruy Couceiro da Costa não pode continuar a ser administrador do concelho de Aveiro.

Sr. governador civil, note v. ex.ª bem este facto.

Um jornal, no uso plenissimo dos seus direitos e no cumprimento nobilissimo da sua missão, apontou ha mezes ás auctoridades uma casa dissoluta, perigosa, immoral e por tudo isso condemnada pelas leis. Era obrigação do sr. administrador e de v. ex.ª mandar assaltar essa casa, prender os vadios que se encontrassem lá dentro e mettel-os na cadêa como satisfação a uma povoação inteira que não quer ser deshonrada por elles. Se v. ex.ª não deu essas ordens ao seu subordinado é mais criminoso do que os batoteiros, porque faltou á lei e ás reclamações da opinião publica; se as deu, o seu subordinado praticou uma illegalidade não as cumprindo e deve portanto ser castigado. Note mais ainda:

Um dos malandros, o que se diz chefe d'elles, teve o atrevimento extraordinario de se atirar em plena praça publica, a um jornalista honrado que censurara um escandalo, que a lei castiga severamente e que pedira justiça. A auctoridade que deveria ter castigado o auctor do attentado logo que d'elle teve conhecimento, pelo contrario gostou e riu-se.

Que respeito merece o administrador? Nenhum, não o reconhecemos mais como tal.

Em Aveiro não ha policia, não ha auctoridade, não ha lei.

Pois bem. N'esse caso, dada a anarchia e a desordem, vamos fazer justiça por nossas mãos.

Não se faltou só ao respeito devido a um jornalista honrado e energico, que exerce com consciencia a sua missão, faltou-se tambem ao respeito devido a todos os seus amigos politicos, que teem por orgão na localidade o *Povo de Aveiro*, cujas opiniões representa, e por conseguinte serão elles que tomarão collectivamente d'aqui em deante a responsabilidade do que se disser e fizer em casos analogos a este. Que o fiquem sabendo bem todos os senhores *batoteiros* immundos e todas as *senhoras* auctoridades, suas amigas. Já que as *senhoras* auctoridades querem a desordem, terão a desordem e é possivel que se cancem depressa.

Não queremos que isto continue assim, ouçam-nos bem. *O Povo de Aveiro* continuará no seu posto de honra, intransigente e energico como até aqui, e cá fóra empregará os meios extremos para ser respeitado.

Abaixo a batota, abaixo todas as immoralidades.

Continuaremos.

O sr. administrador do concelho, em seguida ao conflicto narrado, mandou rondar pela policia a porta do seu amigo *batoteiro*.

Que administrador, que heroe, que dentista!

Que *batoteiro*, que valente!

Tem medo? de quê?

Olhem, amigos... o seguro morreu de velho.

Entrada de leão paradas de...

Agradecemos sinceramente ao nosso collega do *Campeão das Provincias* a maneira dignissima porque trata o conflicto havido entre um *batoteiro* e um redactor d'este jornal. Actos tão nobres de camaradagem, que não esqueceremos, honram a imprensa d'esta terra.

OS ACONTECIMENTOS DE DOMINGO

Vamos dar aos nossos leitores da provincia uma noticia resumida dos ultimos acontecimentos, que poderiam ter sido fataes a muita gente, que produziram uma impressão dolorosa e uma grande indignação em toda a cidade d'Aveiro. Eis os factos.

No numero 21 do *Povo de Aveiro* estigmatisámos severamente o procedimento das auctoridades que consentem ahi uma casa de *batota*, que rouba desaforadamente os ingenuos que praticam a insensatez de lá irem, julgando que encontram a fortuna, e demos ao mesmo tempo aos biltres batoteiros a classificação que elles merecem. N'essa classificação incluiamos unicamente, como nos pareceu claro, os jogadores de profissão que abundam n'esta terra e não aquelles que uma ou outra vez lá tenham ido, illudidos na sua boa fé ou arrastados pelos agentes da casa.

Um figurão chamado Antonio Francisco Galvão, que é o dono da casa da batota e contra quem está instaurado um processo por causa das reclamações energicas que temos feito, julgou offendidos os seus brios e os de todos os seus freguezes e entendeu portanto que se devia desaffrontar a si e a elles, atirando-se a um dos redactores d'este jornal, que immediatamente lhe repelliu a affronta.

Formaram-se grupos discutindo o caso e os batoteiros tomaram o partido do seu patrão. N'um d'esses grupos achava-se o sr. Ruy Couceiro da Costa, administrador do concelho, que applaudiu publicamente o attentado chegando a dizer—*que toda a gente jogava*—o que era o mesmo que dizer *que toda a gente era batoteira*, porque nunca ninguem censurou os jogos admittidos pela lei nem os que tomam parte n'elles.

Vão pois os leitores pasmando do caso.

Em primeiro logar, nunca nenhum batoteiro teve o arrojo e a petulancia de se julgar affrontado por lhe chamarem malandro, porque elle não é outra cousa segundo a lei. Segundo esta que o castiga com severidade, que o mette na cadeia, que lhe tira, por conseguinte, as regalias de cidadão é um ente desprezivel, é malandro e é mais alguma cousa. Demais é sabido que a gente honrada despreza em todo o mundo essa canalha e que não quer nada com ella.

Em segundo lugar, nunca nenhum administrador teve o arrojo de vir para a praça publica applaudir um attentado, demais a mais da ordem d'aquelle.

Os animos da grande maioria da população ficaram por conseguinte exaltadissimos d'esde sexta-feira. Na noite d'esse dia pequenos grupos percorreram as ruas da cidade e a casa do batoteiro, cujas costas estavam em perigo, era rondada pela policia.

No domingo de manhã o *Povo de Aveiro* censurou com severidade o procedimento do administrador, mas sem o offender em cousa nenhuma. Fizémo-lo porque estavamos convencidos de que podiamos censurar como jornalistas o procedimento irregular de qualquer auctoridade; hoje, porem, estamos convencidos de que a monarchia nem isso nos permitte.

Aquelle senhor, que soffre de ataques de loucura, correu a cidade como doido a procurar o redactor que o tinha fustigado e foi preciso que os proprios republicanos o segurassem para não haver alguma desordem seria. O povo, que já estava exaltado, correu em grande numero ao ponto mais concorrido da cidade ao saber do acontecimento e ahi soltou alguns *vivas á republica* e *morras aos gravatas*. Este nome de gravatas é dado por elle, na sua bella linguagem, aos marialvas cá da terra.

Travou-se ainda um pequeno conflicto, que foi suffocado pelos republicanos que recommendaram ao povo socego e ordem, e se não fossem elles teriam havido grandes desordens. O sr. governador civil, que andou aliás muito bem n'esta questão, não achando sufficiente para manter a ordem o destacamento do commando de capitão, que se acha n'esta cidade, pediu ao Porto forças militares. Foi esse o unico passo errado que deu. A's tres horas chegou uma força de cavallaria e estava para chegar á noute outra de infanteria, mas foi mandada suspender a marcha em attenção ao socego que reinava. A' tarde havia no Rocio uma corrida de touros e como constasse que n'essa occasião se fariam grandes manifestações, as auctoridades pediram a alguns individuos nossos amigos, que se esforçassem por manter a ordem. Estes responderam que era esse o seu empenho, mas que não lhe poderiam assegurar nada depositivo em vista da exaltação dos animos. Esforçaram-se por que todos os seus amigos não fossem á corrida e com effeito ao principiar a tourada estava a praça vasia.

Cá fóra a multidão era grande.

Esperava com anciedade o supplemento ao *Povo de Aveiro* que se estava imprimindo. No supplemento pediamos ordem e socego.

Em menos de meia hora vendeu-se um numero consideravel de exemplares. Muita gente veio á redacção pedir mais, mas já não havia.

Em seguida dispersaram-se os grupos tranquillamente e de noite houve completo socego, que continua á hora em que este jornal entra no prelo. Esperamos que esse socego continue, salvo se a jogatina não parar e se as auctoridades não cumprirem os seus deveres.

ANNUNCIOS

Conselheiro
DO POVO

Manal Pratico dos cidadãos portguezes para cada um se dirigir e reqerer por si, sem dependencia de procradores, nos tribnaes e repartições publicas, segndo as Leis do Reino.

Sahiu á luz o 3.º fasciculo d'esta interessante publicação.

Acha-se á venda no kiosque do Rocio (lado norte).

Custa apenas 120 rs.

Ourivesaria

9 RUA DA COSTEIRA 9
1.º andar

N'esta officina executa-se com perfeição todos os trabalhos, tanto em ouro como em prata.

Garante-se em todas as obras feitas n'este estabelecimento um preço modico.

Todas as encommendas devem ser feitas a

José Eduardo Mourão

BANDEIRAS

ALUGAM-SE bandeiras novas, quem nas pretender alugar falle com Rodrigo Mieiro, rua de José Estevão n.os 64—a 67.

SINGER! SINGER!

Machinas para coser, a prestações de 500 réis semanaes

Machinas para coser com 10 por cento menos, a prompto pagamento

QUALQUER QUE SEJA A MACHINA NÃO SE PAGA ENTRADA

As melhores machinas para costura que todo o mnndo conhece e que nunca tiveram rival

CUIDADO COM AS IMITAÇÕES

AS LEGITIMAS MACHINAS DE COSER SINGER

SÓ SE VENDEM NA

COMPANHIA FABRIL SINGER

75—Rua de José estevão—79

(Em frente do edificio da Caixa Economica)

AVEIRO

52—LARGO DA PRAÇA—53

OVAR

PEÇAM CATALOGOS ILLUSTRADOS COM LISTAS DE PREÇOS QUE SE DARÃO GRATIS

Vende-se algodões, torçaes, agulhas, oleo e peças soltas a preços baratissimos

TYPOGRAPHIA DO "POVO DE AVEIRO,,

RUA DIREITA

AVEIRO

IMPRESSÕES A OURO

IMPRESSÕES A PRATA

Nesta typographia, recentemente montada, executam-se artisticamente todos os trabalhos concernentes á arte typographica, para o que tem uma escolhida e variada collecção de phantasias e vinhetas modernas. Incumbe-se de todos os trabalhos, taes como: circulares, facturas, bilhetes de visita e de pharmacia, participações de casamento, chancellas, memmuranduns, prospectos, procurações, mappas, programmas, editaes, guias e recibos, guias de remessa para o correio etc, etc.

Tambem se imprime a côres, ouro, prata, bronze, etc.

Garante-se a brevidade, nitidez e sobretudo modicidade nos preços.

O preço dos bilhetes de visita é de 400 réis o cento, incluindo o cartão.

NOVO ESTABELECIMENTO
DE
Crystaes, mobilia e mercearia
DE
JOSE MARIA DOS SANTOS
RUA DIREITA
AVEIRO

N'este estabelecimento encontra-se um grande sortimento de vidraça branca e de côr, molduras douradas e pretas, galerias, paters, stores, transparentes, copos, calix, garrafas, jarras, espelhos, candieiros e seus pertences.

O annunciante tem tambem á venda muitos artigos pertencentes ao ramo de mercearia, o que tudo vende por preços muito modicos.

Encyclopedia
REPUBLICANA

Revista de sciencias e litteratura ao alcance de todas as intelligencias

Publicam-se duas folhas cada semana, pelo preço de 20 réis cada uma. Para o estrangeiro e possessões ultramarinas acresce o porte do correio.

Para fóra de Lisboa pagamento diantado, um fasciculo de quatro entregas semanaes pelo menos. Toda a correspondencia deve ser dirigida para o largo dos Mastros, 29 e 30 Lisboa, onde tambem se recebem assignaturas.

GRANDE BAIXA DE PREÇOS
nas machinas da Companhia Fabril

SINGER

—Rua de José Estevão, 26 e 28—

Acaba de abrir-se n'esta cidade um novo estabelecimento de machinas ligitimas SINGER para familias, alfaiates, costureiras e sapateiros. Todas estas machinas se vendem tanto a prompto pagamento como a praso.

Grande abatimento nas vendas a prompto pagamento.

Em todas as machinas venpidas a praso dispensa-se a prestação de entrada, sendo o seu pagamento feito a **500 reis semanaes**

Todos os pedidos devem ser feitos a JOÃO DA SILVA SANTOS, na rua de José Estevão, 26 e 28.

João da Silva Santos
AVEIRO

SINGER ALGODÃO

SINGER TORÇAL

FABRICADO expressamente para as machinas de coser. Vende-se a retalho e por atacado, com bom desconto e a preços baratissimos na COMPANHIA FABRIL SINGER 75 Rua de José estevão 79.

AVEIRO

AVEIRO
Typographia do
POVO DE AVEIRO